Criminal breach of trust e apropriação indébita

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Confiança e poder de disposição

O criminal breach of trust (apropriação indébita qualificada pela confiança) da seção 405 do Penal Code exige que a pessoa tenha recebido em confiança bens ou o poder de dispor deles (dominion). Em seguida, a pessoa deve ter-se apropriado deles desonestamente ou convertido em proveito próprio, ou tê-los usado ou alienado em violação de uma determinação legal ou de um contrato válido. A forma qualificada da seção 409 aplica-se a quem recebeu os bens em confiança no exercício de atividade de banqueiro, comerciante, comissário, corretor, procurador ou agente, em qualidade profissional, ou como administrador (director) de sociedade, dirigente de associação não personificada, sócio, executivo-chave ou fiduciário. É punida com prisão de até vinte anos e multa.[1]

A reforma de 2019 acrescentou "key executive" e "fiduciary" à seção 409 depois de a Court of Appeal ter decidido, em um caso sem relação com criptoativos, que um administrador não era "agent" na redação anterior. O efeito para negócios com ativos digitais é considerável. Um CEO ou CTO que detém as chaves da carteira ômnibus de um custodiante está "entrusted with dominion" sobre os tokens dos

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

clientes no sentido mais literal. Se esse dirigente transfere tokens de clientes para uma conta de trading proprietário ou os dá em garantia de um empréstimo a uma entidade relacionada, os elementos da seção 409 estão preenchidos, quer o contrato com o cliente permitisse ou não a reutilização da garantia (rehypothecation). O contrato só importa na medida em que define a "direction of law or legal contract" violada pela alienação.

Tokens como objeto da confiança

O criminal breach of trust exige "property". Receber em confiança uma chave privada é receber o poder de dispor dos tokens que a chave controla. Os casos cíveis de Singapura sobre constructive trusts incidentes sobre USDT furtados sustentam que os próprios tokens são os bens apropriados.[2] Os casos difíceis envolvem arranjos de custódia nos quais a titularidade dos tokens passou contratualmente à plataforma, deixando ao cliente um direito à restituição. Nessa estrutura, o titular da plataforma que gasta os tokens pode não ter violado um trust, porque os tokens eram dele. Saber se os termos de uma plataforma de rendimento transferiam a titularidade foi a questão cível central nos casos Hodlnaut e Vauld (ver Capítulo IV) e é igualmente central para a análise penal. Diante de uma plataforma com transferência de titularidade, o acusador costuma recorrer ao cheating ou à fraude, que não exigem que o acusado tenha manejado bens alheios.

A apropriação desonesta de bens da seção 403 aplica-se quando não houve confiança prévia: quem encontra uma seed phrase, a contraparte que recebe uma transferência por engano e fica com ela, quem explora uma falha e esvazia um contrato. A pena máxima é de dois anos de prisão, aumentando conforme as circunstâncias agravantes. O crime é útil aos acusadores justamente porque os tribunais cíveis de Singapura decidiram que quem recebe uma transferência de tokens por engano os detém em constructive trust desde o momento do recebimento.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Nota prática

Para quem administra um custodiante ou uma exchange em Singapura, o contrato com o cliente cumpre duas funções ao mesmo tempo. Na esfera cível, decide se os clientes são beneficiários ou credores quirografários na insolvência. Na esfera penal, decide se um dirigente que movimenta tokens de clientes comete criminal breach of trust ou apenas descumpre um contrato. Uma cláusula segundo a qual os digital payment tokens ("tokens de pagamento digital") dos clientes são detidos em trust e segregados, como o Payment Services Act passou a exigir dos licenciados (ver Parte K, Capítulo II), expõe todo detentor de chaves da organização à seção 409 se a segregação falhar. Isso é intencional. Os conselhos devem tratar a política de gestão de chaves como parte da sua própria gestão de risco penal e documentar quem recebe o quê em confiança.

Notas

1. Penal Code 1871, seção 409(1), Singapore Statutes Online (consulta em junho de 2026): as qualidades enumeradas e a pena máxima de 20 anos de prisão e multa. ↩
2. ByBit Fintech Ltd v Ho Kai Xin and others [2023] SGHC 199, pars. [33]–[36], aplicando os critérios de National Provincial Bank v Ainsworth ao USDT. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.